



SECRETARIA DE GOVERNO

AVISO/ADVERTÊNCIA

Em razão de recorrentes dúvidas e ocorrências envolvendo Atas de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Cândido Mota esclarece que o presente certame tem por objeto **exclusivamente o registro de preços** dos itens descritos no Termo de Referência.

As empresas participantes que vierem a sagrar-se vencedoras em cada item, desde já, **ficam cientes** de que as contratações decorrentes do registro ocorrerão de forma fracionada, de acordo com as necessidades do setor requisitante, ao longo do prazo de 12 (doze) meses de vigência da Ata.

Assim, as detentoras da Ata de Registro de Preços **assumem a obrigação** de realizar as entregas dos respectivos itens, **independentemente da quantidade ou do valor de cada solicitação**, observadas as condições estabelecidas no Edital. Ressalta-se que, salvo raríssimas exceções, não será solicitado, em um único pedido, o quantitativo integral registrado.

A Prefeitura de Cândido Mota reitera que **não hesitará em aplicar as sanções administrativas cabíveis**, previstas neste Edital, no Decreto Municipal nº 7.077/2024 e na Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.





SECRETARIA DE GOVERNO

EDITAL

PROCESSO Nº 010/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Excelentíssimo senhor **ERALDO JOSÉ PEREIRA**, Prefeito Municipal de Cândido Mota - SP, após a designação do Agente de Contratação e sua comissão de contratação designada pela Portaria nº 2491/2024, de 27 de fevereiro de 2024, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, DE FORMA FRACIONADA, DE BRINQUEDOS DESTINADOS A PLAYGROUNDS INFANTIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS ÁREAS DE CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANTIGOS, ADEQUAÇÃO DE SOLO E ENTREGA FINAL COM GARANTIA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488/2007 e do Decreto Municipal nº 7077/2024, de 25 de janeiro de 2024 e das exigências estabelecidas neste edital.

A presente licitação atende as requisições de todas as Secretarias Municipais.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da comissão de Contratação; e encaminhar o processo





SECRETARIA DE GOVERNO

devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	09:00 DO DIA 11/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23:59 DO DIA 19/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09:00 DO DIA 24/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09:01 DO DIA 24/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, DE FORMA FRACIONADA, DE BRINQUEDOS DESTINADOS A PLAYGROUNDS INFANTIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS ÁREAS DE CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANTIGOS, ADEQUAÇÃO DE SOLO E ENTREGA FINAL COM GARANTIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência

1.3. O licitante deverá lançar propostas **para todos os itens, referente ao lote que irá concorrer**, sendo permitido a participação em apenas um dos lotes.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.





SECRETARIA DE GOVERNO

1.5. O OS PEDIDOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA UNITÁRIA E FRACIONADA, AO LONGO DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR REQUISITANTE, FICANDO, DESDE JÁ, A EMPRESA VENCEDORA DO LOTE, CIENTE DE QUE DEVERÃO ATENDER A TODAS OS PEDIDOS, DENTRO DOS PRAZOS ESTIPULADOS NA ATA, INDEPENDENTEMENTE DE VALOR E/OU QUANTIDADE MINIMA SOLICITADA EM CADA PEDIDO.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





SECRETARIA DE GOVERNO

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Diante da simplicidade do objeto desse processo licitatório, **NÃO** será permitido no presente pregão a participação de empresas reunidas em consórcio.

Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o





SECRETARIA DE GOVERNO

prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. O licitante que ofertou o **menor preço** deverá enviar, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, **no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, contado da data da convocação, **os seguintes documentos**:

- a) **Proposta de preço final**, conforme item 6 deste Edital;
- b) **Documentação de Habilitação**, conforme item 8 deste Edital.





SECRETARIA DE GOVERNO

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. A proposta de preço final **do licitante que apresentou o menor preço** deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, conforme o modelo apresentado no Anexo II, enviada em campo próprio do Portal de Compras Públicas, em formato PDF, e conter, ainda:

6.1.1. Preço unitário e global, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com até 02 (duas) casas decimais, considerando as condições do edital;

6.1.2. Descrição detalhada do produto, de acordo com o objeto do edital;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública, não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não





SECRETARIA DE GOVERNO

apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada as propostas que:

a) Identifique o licitante;

b) Não tenha cotado todos os itens referentes ao lote que irá concorrer.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (CEM REAIS)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **03 (três) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de





SECRETARIA DE GOVERNO

disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





SECRETARIA DE GOVERNO

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase





SECRETARIA DE GOVERNO

fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá iniciar, pelo sistema eletrônico, a negociação junto ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, nos lotes fechados acima do valor máximo estipulado.

7.29.1. A negociação será realizada, obrigatoriamente, nos lote em que, finalizado a etapa de lances, esteja acima do valor máximo estipulado para a licitação.

7.29.2. A negociação será realizada por lote, através do sistema, apenas com o licitante mais bem classificado, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.3. O prazo para negociação não será superior a 20 (vinte) minutos, para cada lote, podendo, desde que justificado, ser prorrogado a critério do pregoeiro.

7.30. Encerrada a fase de lances e a fase de negociação, conforme o caso, o Agente de Contratação convocará **o licitante classificado em**





SECRETARIA DE GOVERNO

primeiro lugar para enviar a proposta de preço final e os documentos de habilitação, nos termos deste edital.

8. DA HABILITAÇÃO.

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar, por meio de campo próprio do Portal de Compras Públicas, **no prazo de até 48 horas**, em formato PDF, perfeitamente legíveis, os documentos relacionados nos subitens 8.2, 8.3 e 8.4 para fins de habilitação;

8.1.1. Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá, através de diligência, solicitar documentações complementares pré-existente ao período de envio das documentações e proposta;

8.1.2. O não envio da documentação, dentro dos prazos previstos, acarretará a inabilitação da licitante no processo.

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;





SECRETARIA DE GOVERNO

8.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.2.8. Os documentos acima **deverão** estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa) mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.3.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual **onde a empresa for sediada**;

8.3.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa junto aos Tributos Municipais.

8.3.6.1. As empresas que **não tenham sua sede no município de Cândido Mota**, estão isentas da comprovação de regularidade junto ao município que estejam sediadas, podendo, a critério das mesmas, apresentar declaração (*Modelo anexo V*) de que a empresa não se encontra sediada no município de Cândido Mota.

8.3.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a





SECRETARIA DE GOVERNO

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

8.4.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com as demais documentações de habilitação, nos termos do Edital, a seguinte documentação:

8.5.1.1. Apresentação de **atestado de capacidade técnica** emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa, que comprovem que a empresa já entregou ao menos 50% dos produtos iguais ou similares aos itens de maior relevância desse certame.

8.5.1.1.1. Considera-se como item de maior relevância, o **item 05** do termo de referência;

8.5.1.1.2. A empresa deverá comprovar que já realizou a entrega e montagem do item, como critério de habilitação técnica;

8.5.1.1.3. Para a comprovação será aceita a somatória de vários atestados;

8.5.1.1.4. O documento deve ser redigido em papel timbrado da Pessoa Jurídica Pública ou Privada, datado e assinado pelo representante legal ou por um dos sócios da referida empresa atestadora;

8.5.1.1.5. **Esse atestado de capacidade técnica não pode ser fornecido por pessoa física;**

8.5.1.2. **Catálogo ilustrativo** com vistas laterais e superiores dos equipamentos;





SECRETARIA DE GOVERNO

8.5.1.3. Laudos e Certificações

8.5.1.3.1. Os brinquedos de playground infantil deverão ser certificados de acordo com a **ABNT NBR 16071:2021**, mediante apresentação de certificado e autorização para uso do selo de identificação da conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo Inmetro, em nome do fabricante e dentro do prazo de validade.

8.5.1.3.1.1. Tal exigência visa assegurar a conformidade e a segurança total dos equipamentos.

8.5.1.3.2. apresentar relatórios técnicos que comprovem a conformidade estrutural dos brinquedos. Entre eles:

a) comprovação de que a plataforma plástica em rotomoldado suporta peso estático mínimo de 185 kg, equivalente a 4 crianças de até 12 anos;

b) laudo de ensaio conforme **ABNT NBR NM 300-1:2011**, versão corrigida, para verificação de propriedades gerais, mecânicas e físicas, incluindo análise de bordas cortantes e pontas agudas;

8.5.1.3.3. Quanto à matéria-prima plástica rotomoldada, deverão ser apresentados relatórios de ensaios de envelhecimento acelerado conforme **ASTM G 155:2021** ou **ASTM G 154:12**, com mínimo de 5.000 horas de exposição, a fim de atestar resistência à radiação solar e intempéries;

8.5.1.3.4. Deverá também ser comprovada a resistência ao impacto conforme **ASTM D256-10 (2018)** e ensaios de colorimetria ($\Delta E^* \leq 4,50$ após 5.000 horas), garantindo durabilidade, manutenção da cor e resistência a impactos;

8.5.1.3.5. As partes metálicas deverão atender à **ABNT NBR 8095:2015**, com ensaio de corrosão por exposição mínima de 7.000 horas, demonstrando ausência de enferrujamento ($RI0 = 0\%$);

8.5.1.3.6. Também será exigida comprovação de pintura eletrostática a pó (tinta epóxi) com camada média mínima de 235µm, conforme **ABNT NBR 10443:2008**, com aderência avaliada de acordo com a **NBR 11003:2009**, emitidos por laboratório acreditado pelo Inmetro;

8.5.1.3.7. Para as colunas em madeira plástica, deverão ser apresentados relatórios de ensaio de tração (**ASTM D638-14**, mínimo 10.800 kgf), compressão (ruptura mínima de 115,00 kN) e flexão (**ASTM D790-17**, força de flexão mínima de 720 kgf).





SECRETARIA DE GOVERNO

8.5.1.3.8. Estes requisitos garantem a confiabilidade estrutural do material utilizado como base dos equipamentos, garantindo uma maior segurança as crianças que farão uso dos brinquedos.

8.6. AMOSTRAS E ANÁLISE

8.6.1. Transcorrido a fase de habilitação, tendo a empresa classificada em primeiro lugar cumprido com todos os requisitos de habilitação, a mesma será convocada para, em até 7 (sete) dias úteis, apresentar amostras físicas das seguintes peças:

8.6.1.1. um brinquedo de mola;

8.6.1.2. um gira-gira;

8.6.1.3. um deck em polietileno rotomoldado; e

8.6.1.4. um tobogã caracol.

8.6.2. Os itens das amostras deverão ser confeccionados de acordo com a descrição dos itens, para análise da equipe técnica, onde será analisado as seguintes características para comprovação da qualidade dos produtos ofertados:

a) Análise comparativa, em relação aos descritivos; e

b) Verificação de compatibilidade dos mesmos em relação ao catálogo apresentado.

8.6.3. O local, assim como a(s) data(s) das análises, será informado a todos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através do chat do portal de licitações;

8.6.4. Os itens reprovados nas análises serão declarados "inaptos", sendo a empresa detentora desclassificada do mesmo, e posteriormente, convocada a próxima colocada, seguindo a classificação da fase de lances, para que, nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, sob pena de desclassificação;

8.6.5. A não apresentação ou a apresentação da amostra em desacordo com as exigências do presente termo de referência, acarretará na desclassificação da empresa;

8.6.6. As empresas poderão retirar as amostras reprovadas assim que o processo for homologado;

8.6.7. Transcorrido 15 (quinze) dias da homologação, as amostras reprovadas, e que não tenham sido retiradas, serão descartadas pela Administração;

8.6.8. Caso as amostras sejam aprovadas, a empresa será declarada





SECRETARIA DE GOVERNO

"habilitada".

8.7. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

8.7.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.7.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

8.8. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Agente de Contratação. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

8.10. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à





SECRETARIA DE GOVERNO

verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Agente de Contratação, caso necessário.

8.11. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos da legislação.

8.12. Os documentos digitalizados, ou seja, aqueles não expedidos pela internet, tais como Contrato Social, Contrato de trabalho, Balanços, entre outros, serão aceitos desde que estejam perfeitamente legíveis e em formato PDF.

8.12.1. A documentação original, referente aos arquivos digitalizados, somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.12.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado "habilitado".

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Agente de Contratação examinará a proposta de menor preço quanto à adequação ao solicitado e classificará a proposta que atender aos requisitos do edital e de seus anexos.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- f)** Não tenha cotado todos os itens referente ao lote





SECRETARIA DE GOVERNO

9.3. As propostas também deverão conter:

9.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Detentora.

9.3.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.3.2.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.3.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.3.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.4. Caso a proposta atenda às condições do edital e seus anexos, o Agente de Contratação passará ao exame dos documentos de habilitação do licitante.

9.5. Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

9.6. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção, mediante consulta no Portal de Compras Públicas e nos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

c) Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).





SECRETARIA DE GOVERNO

9.6.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6.2. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.7. O Agente de Contratação examinará os documentos e considerará habilitado o licitante que atender às exigências constantes deste edital, inabilitando-o em caso contrário.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c)** Solicitar documentação complementar pré-existente ao período de envio das documentações.

9.9. Em qualquer fase da licitação, o Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão promover diligência destinada à complementação de informações acerca de documentos exigidos neste edital e já apresentados pelo licitante.

9.9.1. Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante será convocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

9.11. Em caso de inabilitação, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de licitante que atenda aos requisitos de classificação e de habilitação.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância





SECRETARIA DE GOVERNO

dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as atas, relatórios e demais documentos, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

9.14. O Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

9.15. Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10. DOS RECURSOS.

10.1. Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.6. O recurso e a reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

10.7. Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Agente de





SECRETARIA DE GOVERNO

Contratação e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

10.8. Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal de Compras Públicas para obter a resposta ao recurso apresentado.

10.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.10. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única, na forma prevista no inciso II do § 1º do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, caberá ao Agente de Contratação encaminhar o processo licitatório à Autoridade Competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.





SECRETARIA DE GOVERNO

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

15. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO.

15.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

15.2. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração Adotará as seguintes providências:

15.2.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

15.2.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

15.2.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir





SECRETARIA DE GOVERNO

do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da Detentora o fornecimento desses documentos.

15.3.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor da Ata, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

15.3.2. A administração Pública deverá realizar uma nova contação para confrontar com a solicitação da empresa.

15.3.3. Após a realização das cotações para verificar a variação do preço e encontrar o valor médio, a administração deverá aplicar o percentual de desconto ofertado pela licitante na data da sessão.

15.4. Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo à ata de registro de preços.

16. DA ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO.

16.1. As especificações referente a entrega, fiscalização e gestão do objeto, encontram-se especificadas no Termo de Referência, anexo ao Edital e que faz parte integral do mesmo.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DA DETENTORA.

17.1. A execução do objeto deste Edital e da Ata de Registro de Preços dela decorrente será regida pelas obrigações e responsabilidades de ambas as partes, a Administração Pública Municipal de Cândido Mota (Contratante) e a(s) empresa(s) detentora(s) da Ata (Contratada/Detentora), em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

17.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1.1.1. Designar Gestor e Fiscal: Designar formalmente o Gestor e/ou Fiscal do Contrato, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento, prestando as informações e esclarecimentos pertinentes à Contratada.

17.1.1.2. Emitir Ordens de Fornecimento: Emitir as Ordens de





SECRETARIA DE GOVERNO

Fornecimento para a aquisição dos materiais, indicando os itens, quantidades, prazos e locais de entrega, sempre em consonância com as necessidades da Administração e os limites da Ata de Registro de Preços.

17.1.1.3. Efetuar Pagamento: Realizar os pagamentos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, após o devido Recebimento Definitivo dos materiais e a apresentação da documentação fiscal exigida, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

17.1.1.4. Receber os Materiais: Providenciar o Recebimento Provisório e Definitivo dos materiais nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo a disponibilidade de local e pessoal para a conferência e descarga.

17.1.1.5. Notificar Ocorrências: Comunicar formalmente e tempestivamente à Contratada sobre quaisquer não conformidades, vícios, defeitos ou irregularidades detectadas nos materiais fornecidos, estabelecendo os prazos para saneamento.

17.1.1.6. Prestar Informações: Fornecer à Contratada todas as informações e o apoio necessários para a correta execução do objeto, sem que isso implique em responsabilidade ou corresponsabilidade por parte do Contratante.

17.1.1.7. Solucionar Dúvidas: Dirimir dúvidas relacionadas à interpretação e execução do contrato, desde que solicitadas formalmente pela Contratada.

17.1.1.8. Aplicar Sanções: Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação e no Edital, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

17.1.1.9. Cumprir a Legislação: Observar rigorosamente as normas pertinentes à execução contratual, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à Administração Pública.

17.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.1.2.1. Do Fornecimento e Qualidade dos Materiais:

17.1.2.1.1. Fornecer os equipamentos objeto desta licitação estritamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades e demais condições estabelecidas no presente Termo de Referência e em seu Anexo I – Detalhamento dos Itens do Objeto, bem como nas Ordens





SECRETARIA DE GOVERNO

de Fornecimento emitidas pela Contratante;

17.1.2.1.2. Garantir que todos os equipamentos sejam novos, de primeiro uso, sem avarias, em perfeito estado de funcionamento e fabricação, sem vícios ou defeitos ocultos ou aparentes, e em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente as da ABNT e do INMETRO e demais normas técnicas exigidas;

17.1.2.1.3. Providenciar a remoção e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos antigos;

17.1.2.1.4. Realizar adequação do solo e instalação completa dos novos equipamentos;

17.1.2.1.5. Disponibilizar equipe técnica qualificada e com experiência comprovada em montagem de playgrounds;

17.1.2.1.6. Garantir a manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia;

17.1.2.1.7. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos pela Administração.

17.1.2.2. Da Entrega dos Materiais:

17.1.2.2.1. Realizar a entrega dos materiais no(s) local(is) e prazo(s) indicado(s) em cada Ordem de Fornecimento, que será de no máximo **10 (dez) dias úteis contados da sua emissão**, em horário comercial (8h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira).

17.1.2.2.2. Assumir integralmente todos os custos e responsabilidades com frete, seguro, impostos, taxas, licenças, despesas com pessoal, equipamentos, embalagens e quaisquer outros ônus ou encargos que incidam sobre o transporte, manuseio e entrega e montagem dos materiais até o local de recebimento definitivo pela Contratante.

17.1.2.2.3. Entregar os materiais em perfeito estado de conservação e adequadas para o transporte, manuseio e armazenamento seguro, protegendo os produtos contra danos e intempéries.

17.1.2.3. Da Garantia e Suporte Pós-Venda:

17.1.2.3.1. Oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade para todos os materiais fornecidos, a contar da data do Recebimento Definitivo.

17.1.2.3.2. Promover a substituição ou o reparo dos materiais que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades durante o período





SECRETARIA DE GOVERNO

de garantia ou no processo de recebimento definitivo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da Contratante, sem qualquer ônus adicional.

17.1.2.4. Da Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:

17.1.2.4.1. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, especialmente as relativas à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

17.1.2.4.2. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ônus e obrigações decorrentes da legislação social e tributária.

17.1.2.5. Da Documentação Fiscal e Comprobatória:

17.1.2.5.1. Emitir as notas fiscais/faturas de venda dos materiais com a discriminação correta dos itens e quantidades, em conformidade com as Ordens de Fornecimento, e apresentá-las para fins de pagamento após o recebimento definitivo.

17.1.2.5.2. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, catálogos, folders, laudos técnicos, certificações, declarações ou quaisquer outros documentos que comprovem a conformidade dos materiais com as especificações exigidas.

17.1.2.6. Das Responsabilidades e Danos:

17.1.2.6.1. Ser a única e exclusiva responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência na execução do contrato, de defeitos nos materiais fornecidos ou de irregularidades de qualquer natureza.

17.1.2.7. Da Colaboração e Fiscalização:

17.1.2.7.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Gestor/Fiscal do Contrato e pelas demais autoridades da Contratante, bem como atender às suas requisições relacionadas à execução da Ata.

17.1.2.7.2. Permitir e facilitar a fiscalização e o acompanhamento de todas as etapas da entrega dos materiais, fornecendo os meios necessários para a verificação da conformidade.





SECRETARIA DE GOVERNO

17.1.2.8. Da Não Transferência de Obrigações:

17.1.2.8.1. É vedada a subcontratação ou a transferência total ou parcial das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia e expressa autorização da Contratante.

17.1.2.9. Do Cumprimento da Legislação:

17.1.2.9.1. Cumprir rigorosamente todas as leis e regulamentos federais, estaduais e municipais pertinentes à execução do objeto, incluindo as normas de segurança, saúde ocupacional, ambientais, comerciais, fiscais e tributárias.

18. DO PAGAMENTO.

18.1. A Detentora deverá apresentar fatura/nota fiscal dos materiais entregues, informando todos os dados de acordo com o empenho, sendo que, a Prefeitura de Cândido Mota efetuará o pagamento, em até **30 (trinta) dias corridos** após a o recebimento definitivo dos produtos solicitados e apresentação da nota fiscal correspondente.

18.2. A Detentora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

18.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a Detentora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a Detentora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da Administração.

18.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

18.4. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

18.5. Para fins de pagamento, a Detentora, deverá informar na Nota fiscal do produto entregue o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da Detentora.





SECRETARIA DE GOVERNO

18.6. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de execução imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 7.077/2024 de 25 de janeiro de 2024, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;





SECRETARIA DE GOVERNO

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

19.6. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Cândido Mota, as sanções administrativas previstas no ITEM 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19.7. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO – Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

19.7.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

19.7.1.1. PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

19.7.1.2. PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

19.7.1.3. PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer





SECRETARIA DE GOVERNO

preços em níveis artificiais e não-competitivos;

19.7.1.4. PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

19.7.1.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

20.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

20.2.A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.





SECRETARIA DE GOVERNO

20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS AMOSTRAS

21.1. Para a presente licitação, não será exigida a apresentação de amostras dos materiais ofertados como condição para habilitação ou para classificação da proposta.

21.2. A conformidade dos produtos com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta do licitante.

21.3. A Administração ressalva, no entanto, que a inexistência de exigência de amostras não isenta a Contratada da responsabilidade de fornecer produtos rigorosamente de acordo com as especificações contratadas, ficando sujeita às sanções administrativas e contratuais cabíveis em caso de não conformidade verificada durante a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

22. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

23. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.

23.1. Os órgãos/entidades não participantes poderão, nos termos do art. 86, da Lei nº 14.133/2021, aderir as Atas de Registro de Preço que originarem-se do presente Pregão, observadas as condições, preços e quantidades registrados.

23.2. A adesão estará condicionada à anuência do órgão gerenciador e da empresa detentora da Ata, bem como à comprovação da vantagem para o órgão aderente, que deverá





SECRETARIA DE GOVERNO

formalizar o procedimento por meio de processo administrativo próprio.

23.3. O quantitativo máximo a ser contratado por órgãos não participantes não poderá exceder, por adesão, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado em ata.

23.4. A execução contratual decorrente da adesão correrá por conta e risco do órgão aderente, não cabendo à Administração gerenciadora qualquer responsabilidade sobre sua gestão, execução ou pagamento.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e





SECRETARIA DE GOVERNO

vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.12. A Prefeitura Municipal de Cândido Mota, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Henrique Vasques, nº 180, em Cândido Mota/SP, nos dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos





SECRETARIA DE GOVERNO

interessados.

24.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME'S), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP'S) OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI);

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA;

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

Cândido Mota/SP, em 06 de fevereiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA
ERALDO JOSÉ PEREIRA
Prefeito





SECRETARIA DE GOVERNO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo em documento PDF a parte do edital.





SECRETARIA DE GOVERNO

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA/SP

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	TELEFONE:
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP	
NOME:	
CPF:	RG:

LOTE	ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNT	VALOR T.
...	...	..	...	R\$	R\$
	...	...	...	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$	

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 Os valores cotados incluem todas as despesas com mão de obra, bem como todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, e ainda, os custos totais com o transporte e a entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração.
- 2 Está ciente de que as entregas serão realizadas de forma fracionada, por meio de Ordens de Fornecimento, e que deverá cumprir o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para cada entrega, conforme

Página **37** de **63**





SECRETARIA DE GOVERNO

estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do Edital, independentemente do valor e/ou da quantidade mínima solicitada em cada pedido.

- 3** A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.
- 4** O fornecimento dos produtos será iniciado de acordo com o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do Edital, a contar do recebimento, por parte da Detentora da Ata, da Ordem de Fornecimento ou documento similar emitido pela Administração.
- 5** Não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, para contratar com a Administração Pública.
- 6** Todos os produtos fornecidos serão avaliados e inspecionados, conforme os requisitos e especificações detalhados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, sujeitando-se à devolução e substituição imediata, às expensas da Detentora da Ata, caso não atendam à descrição exigida ou apresentem qualquer não conformidade ou má qualidade.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL





SECRETARIA DE GOVERNO

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE
MICROEMPRESA (ME'S), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP'S) OU
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

À

Prefeitura Municipal de Cândido Mota

Rua Henrique Vasques, nº 180, Centro

CEP. 19880-039 – Cândido Mota- SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

[NOME DA EMPRESA], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, s.a, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO §





SECRETARIA DE GOVERNO

4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____





SECRETARIA DE GOVERNO

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO MANTEM SUA SEDE OU
DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA**

À

Prefeitura Municipal de Cândido Mota

Rua Henrique Vasques, nº 180, Centro

CEP. 19880-039 – Cândido Mota- SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Declaro para os devidos fins, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, não mantém sua sede ou domicílio no município de Cândido Mota/SP, dessa forma, estando isenta de comprovar sua regularidade junto a Fazenda Municipal, conforme estipula o Decreto Municipal n.º 7077/2024.

..... de de 2026.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

Nº do documento de identidade





SECRETARIA DE GOVERNO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/20__

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2026

PROCESSO Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

VIGÊNCIA: ____/____/2026 À ____/____/2027

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, DE
FORMA FRACIONADA, DE
BRINQUEDOS DESTINADOS A
PLAYGROUNDS INFANTIS EM
PRAÇAS PÚBLICAS, UNIDADES
ESCOLARES E DEMAIS ÁREAS DE
CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO,
INCLUINDO SERVIÇOS DE
REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
ANTIGOS, ADEQUAÇÃO DE SOLO E
ENTREGA FINAL COM GARANTIA,
QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA –
SP E A EMPRESA _____, NA
FORMA ABAIXO:**

Aos ____ (__) dias do mês de _____ de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Cândido Mota, CNPJ(MF) nº 46.179.958/0001-92, com sede na Rua Henrique Vasques, nº 180, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o senhor **ERALDO JOSE PEREIRA**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado no município de Cândido Mota, Estado de São Paulo, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º





SECRETARIA DE GOVERNO

7.077, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXX nº XXX, XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXX, representada neste ato, por seu XXXXXXXXXXXXXXXX, o Senhor (a) XXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade (RG) nº XXXXXXXXXXXX-SSP/SP e CPF nº XXXXXXXXXXXX, **VENCEDORA DOS ITENS CUJO VALORES UNITÁRIOS ESTÃO DESCRITOS NO ITEM 2.1.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, DE FORMA FRACIONADA, DE BRINQUEDOS DESTINADOS A PLAYGROUNDS INFANTIS EM PRAÇAS PÚBLICAS, UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS ÁREAS DE CONVIVÊNCIA DO MUNICÍPIO, INCLUINDO SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANTIGOS, ADEQUAÇÃO DE SOLO E ENTREGA FINAL COM GARANTIA** especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº XXX/2026, Processo nº XXX/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT.	UN. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município





SECRETARIA DE GOVERNO

de Cândido Mota.

3.2. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período, uma única vez, nos termos da legislação aplicável (art. 107 da Lei nº 14.133/2021) e conforme o Decreto Municipal nº 7.077/2024, desde que comprovada a vantagem para a Administração, e observadas as condições e requisitos legais para tal prorrogação, como a manutenção das condições originais e a regularidade fiscal e técnica da Detentora da Ata.

3.3. Os compromissos decorrentes desta Ata poderão ser formalizados durante sua vigência, e os respectivos contratos terão sua duração definida em conformidade com o disposto no Edital, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes, desde que esteja previsto no ato convocatório a possibilidade de prorrogação e renovação dos quantitativos conforme o Decreto Municipal nº 7077/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.

5.1. O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços (Analisado caso através de Processo Administrativo Especial);

5.1.2. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5.1.3. Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados e comprovados os fatos;

5.1.4. Por razões de interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO.

6.1. O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.





SECRETARIA DE GOVERNO

6.1.1. Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração Adotará as seguintes providências:

6.1.1.1. Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

6.1.1.2. Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

6.1.1.3. Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.1.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da Detentora o fornecimento desses documentos.

6.1.2.1. A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor da Ata, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

6.1.2.2. A administração Pública deverá realizar uma nova cotação para confrontar com a solicitação da empresa.

6.1.2.3. Após a realização das cotações para verificar a variação do preço e encontrar o valor médio, a administração deverá aplicar o percentual de desconto ofertado pela licitante na data da sessão.

6.1.3. Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).





SECRETARIA DE GOVERNO

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA - ENTREGA DO OBJETO.

9.1. A entrega dos materiais objeto da presente Ata de Registro de Preços pela Detentora será realizada em estrita observância às condições, prazos, locais, horários e especificações estabelecidas no Edital de Licitação e no Termo de Referência (Anexo I do Edital), que são partes integrantes e indissociáveis desta Ata.

9.2. O recebimento dos materiais será dividido nas seguintes fases:

- a) Levantamento prévio das condições dos locais de instalação: A Contratada deverá realizar a verificação prévia dos locais que serão instalados os equipamentos;
- b) Remoção dos equipamentos antigos e preparação do solo: A Contratada deverá, quando necessário, realizar a remoção dos equipamentos antigos, e realizar as adequações necessárias no solo para a perfeita instalação dos novos equipamentos;
- c) Entrega, transporte e instalação dos novos equipamentos: A Contratada se responsabilizará por todo e qualquer custos e/ou obrigações referentes a entrega, transporte e instalação dos novos equipamentos;
- d) Recebimento Provisório: Ocorre assim que os equipamentos estiverem devidamente montados e instalados no local indicado, mediante conferência por parte do Fiscal e/ou Gestor. Será registrado em documento próprio, sem prejuízo da posterior verificação da qualidade e conformidade.
- e) Recebimento Definitivo: Será efetuado após a verificação detalhada da qualidade, das especificações técnicas e da conformidade dos materiais com o Termo de Referência e a Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório. A aceitação definitiva será formalizada por termo de recebimento ou documento equivalente.

9.2.1. Da Forma de Entrega: As entregas serão efetuadas de forma parcelada, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pela





SECRETARIA DE GOVERNO

Administração Municipal, podendo ser solicitado apenas um item ou múltiplos itens, de acordo com a necessidade.

9.2.2. Do Prazo de Entrega: O prazo máximo para a entrega dos materiais solicitados em cada Ordem de Fornecimento será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua emissão pela Contratante.

9.2.3. Do Local e Horário de Entrega: As entregas deverão ocorrer no(s) endereço(s) indicado(s) pela Administração Municipal, localizado(s) na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, das 8h00 às 16h30.

9.2.4. Dos Custos de Entrega: Todos os custos e responsabilidades inerentes ao transporte dos materiais, incluindo frete, seguro, impostos, taxas, licenças, despesas com pessoal, equipamentos, montagens, desmontagens, correções do solo, embalagens e quaisquer outros ônus ou encargos, serão de exclusiva responsabilidade da Detentora da Ata, até o local de recebimento definitivo pela Administração.

9.2.5. Do recebimento provisório: O Recebimento Provisório ocorrerá assim que os equipamentos estiverem devidamente montados e instalados no local indicado. Nesta fase, o servidor ou comissão designada para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual (Gestor/Fiscal do Contrato) procederá à verificação sumária da instalação, dos itens entregues e da aparente correspondência com o discriminado na Ordem de Fornecimento e na nota fiscal/fatura. O Recebimento Provisório será formalizado por meio de documento próprio, como um canhoto de nota fiscal, protocolo de entrega ou termo provisório de recebimento, sem que isso implique em aceitação definitiva do objeto ou exima o fornecedor de suas responsabilidades quanto à qualidade e conformidade dos materiais.

9.2.6. Do recebimento definitivo: O Recebimento Definitivo será efetuado após a verificação pormenorizada e conclusiva da qualidade, quantidade, das especificações técnicas de cada item e da conformidade geral dos materiais com as exigências contidas neste Termo de Referência (especialmente no Anexo I – Detalhamento dos Itens do Objeto) e na Ordem de Fornecimento. Esta etapa incluirá a análise da ausência de vícios ou defeitos ocultos e a comprovação da plena adequação dos materiais ao fim a que se destinam. O prazo máximo para a conclusão do Recebimento Definitivo será de 5 (cinco)





SECRETARIA DE GOVERNO

dias úteis, contados a partir da data do Recebimento Provisório. A aceitação definitiva será formalizada por meio de Termo de Recebimento Definitivo ou documento equivalente, assinado pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

9.2.7. Das não conformidades e recusa: Caso sejam constatadas não conformidades, vícios, defeitos, danos ou qualquer discrepância em relação às especificações e condições exigidas, seja no Recebimento Provisório ou Definitivo, a Administração Municipal notificará imediatamente o fornecedor. O fornecedor terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, para promover a substituição ou correção dos materiais não conformes, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura. A não correção dentro do prazo estipulado, ou a reincidência de não conformidades, poderá ensejar a recusa dos materiais, a não efetivação do pagamento, a aplicação de sanções administrativas e a rescisão contratual, conforme previsto na legislação e no Edital.

9.2.8. Das responsabilidades: A responsabilidade pela qualidade e conformidade dos materiais entregues é exclusiva do fornecedor. A realização do Recebimento Provisório não exime o fornecedor de suas obrigações contratuais até o Recebimento Definitivo e o término do prazo de garantia. A Administração se reserva o direito de realizar testes e ensaios complementares, às expensas do fornecedor, caso haja dúvida razoável sobre a qualidade ou conformidade dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO.

10.1. A Detentora deverá apresentar fatura/nota fiscal do material entregue, informando todos os dados de acordo com o empenho, sendo que, a Prefeitura de Cândido Mota efetuará o pagamento, em **até 30 (trinta) dias corridos** após a o recebimento definitivo dos produtos solicitados e apresentação da nota fiscal correspondente.

10.2. A Detentora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

10.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a Detentora





SECRETARIA DE GOVERNO

adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a Detentora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da Administração.

10.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

10.4. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

10.5. Para fins de pagamento, a Detentora, deverá informar na Nota fiscal do produto entregue o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da Detentora.

10.6. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de execução imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO.

11.1. A execução da presente contratação estará sujeita à rigorosa fiscalização e gestão por parte da Prefeitura Municipal de Cândido Mota, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, visando assegurar o fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

11.1.1. Designação do Gestor e Fiscal do Contrato:

11.1.1.1. A administração designa os seguintes servidores, para realizar a Fiscalização e Gestão do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato administrativo, nos termos do Art.117, da Lei nº 14.133/2021:

GESTOR	FISCAL	SECRETARIA

11.2. Atribuições e Competências da Fiscalização:





SECRETARIA DE GOVERNO

11.2.1. Acompanhamento Contínuo: Realizar o acompanhamento contínuo da execução das entregas dos materiais, verificando a conformidade com as Ordens de Fornecimento emitidas.

11.2.2. Verificação de Qualidade e Quantidade: Atuar no Recebimento Provisório e Definitivo dos materiais, conferindo a qualidade, a quantidade e as especificações técnicas de cada item conforme o Anexo I do Termo de Referência e as normas aplicáveis.

11.2.3. Controle de Prazos: Monitorar rigorosamente o cumprimento dos prazos de entrega e da garantia dos materiais.

11.2.4. Comunicação de Não Conformidades: Notificar a Detentora sobre quaisquer não conformidades, vícios, defeitos ou irregularidades detectadas nos materiais ou na execução da entrega, exigindo as devidas correções ou substituições.

11.2.5. Atendimento às Requisições: Diligenciar o atendimento das requisições e informações solicitadas pela Contratada para a boa execução do objeto.

11.2.6. Atesto de Documentos: Atestar a regularidade das entregas e demais documentos fiscais (notas fiscais/faturas) para fins de processamento do pagamento, após a verificação da conformidade.

11.2.7. Registro de Ocorrências: Manter registro formal de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando as medidas adotadas e as decisões proferidas.

11.2.8. Aplicação de Sanções: Propor à autoridade competente a aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais pela Detentora.

11.2.9. Gestão da Ata: Realizar a gestão da Ata de Registro de Preços, controlando os saldos de quantidades, prazos e demais condições.

11.3. Dever de Colaboração da Detentora:

11.3.1. A Detentora deverá permitir e facilitar o acesso irrestrito do Gestor e/ou Fiscal do Contrato a todas as informações e locais relevantes para o cumprimento de suas atribuições, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às requisições com presteza.

11.3.2. Deverá, ainda, adotar todas as providências para sanar as falhas e não conformidades apontadas pela fiscalização no menor prazo possível, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.





SECRETARIA DE GOVERNO

11.4. Responsabilidade da Detentora:

11.4.1. A fiscalização exercida pela Administração Municipal não exclui nem reduz a integral e exclusiva responsabilidade da Detentora pela perfeita execução do objeto, pela qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, por eventuais danos causados a terceiros ou ao meio ambiente, e pela observância de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

11.4.2. Quaisquer omissões ou falhas na fiscalização não transferirão à Administração a responsabilidade por prejuízos decorrentes de atos ou omissões da Detentora.

11.5. Canais de Comunicação:

11.5.1. Para fins de fiscalização e gestão, as partes deverão manter canais de comunicação formais e eficientes, sendo toda e qualquer notificação ou comunicação de caráter oficial realizada por escrito, por meios que garantam a comprovação de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DA DETENTORA.

12.1. A execução do objeto deste Edital e da Ata de Registro de Preços dela decorrente será regida pelas obrigações e responsabilidades de ambas as partes, a Administração Pública Municipal de Cândido Mota (Contratante) e a(s) empresa(s) detentora(s) da Ata (Contratada/Detentora), em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (CONTRATANTE):

12.1.1.1. Designar Gestor e Fiscal: Designar formalmente o Gestor e/ou Fiscal do Contrato, com as atribuições de acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento, prestando as informações e esclarecimentos pertinentes à Contratada.

12.1.1.2. Emitir Ordens de Fornecimento: Emitir as Ordens de Fornecimento para a aquisição dos materiais, indicando os itens, quantidades, prazos e locais de entrega, sempre em consonância com as necessidades da Administração e os limites da Ata de Registro de Preços.

12.1.1.3. Efetuar Pagamento: Realizar os pagamentos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e na





SECRETARIA DE GOVERNO

Ata de Registro de Preços, após o devido Recebimento Definitivo dos materiais e a apresentação da documentação fiscal exigida, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

12.1.1.4. Receber os Materiais: Providenciar o Recebimento Provisório e Definitivo dos materiais nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo a disponibilidade de local e pessoal para a conferência e descarga.

12.1.1.5. Notificar Ocorrências: Comunicar formalmente e tempestivamente à Contratada sobre quaisquer não conformidades, vícios, defeitos ou irregularidades detectadas nos materiais fornecidos, estabelecendo os prazos para saneamento.

12.1.1.6. Prestar Informações: Fornecer à Contratada todas as informações e o apoio necessários para a correta execução do objeto, sem que isso implique em responsabilidade ou corresponsabilidade por parte do Contratante.

12.1.1.7. Solucionar Dúvidas: Dirimir dúvidas relacionadas à interpretação e execução do contrato, desde que solicitadas formalmente pela Contratada.

12.1.1.8. Aplicar Sanções: Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação e no Edital, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1.9. Cumprir a Legislação: Observar rigorosamente as normas pertinentes à execução contratual, em especial a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à Administração Pública.

12.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA (CONTRATADA):

12.1.2.1. Do Fornecimento e Qualidade dos Materiais:

12.1.2.1.1. Fornecer os equipamentos objeto desta licitação estritamente de acordo com as especificações técnicas, quantidades e demais condições estabelecidas no presente Termo de Referência e em seu Anexo I – Detalhamento dos Itens do Objeto, bem como nas Ordens de Fornecimento emitidas pela Contratante.

12.1.2.1.2. Garantir que todos os equipamentos sejam novos, de primeiro uso, sem avarias, em perfeito estado de funcionamento e fabricação, sem vícios ou defeitos ocultos ou aparentes, e em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente as da ABNT e do INMETRO e demais normas técnicas





SECRETARIA DE GOVERNO

exigidas.

12.1.2.1.3. Providenciar a remoção e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos antigos.

12.1.2.1.4. Realizar adequação do solo e instalação completa dos novos equipamentos

12.1.2.1.5. Disponibilizar equipe técnica qualificada e com experiência comprovada em montagem de playgrounds;

12.1.2.1.6. Garantir a manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia;

12.1.2.1.7. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos pela Administração.

12.1.2.2. Da Entrega dos Materiais:

12.1.2.2.1. Realizar a entrega dos materiais no(s) local(is) e prazo(s) indicado(s) em cada Ordem de Fornecimento, que será de no máximo **10 (dez) dias úteis contados da sua emissão**, em horário comercial (8h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira).

12.1.2.2.2. Assumir integralmente todos os custos e responsabilidades com frete, seguro, impostos, taxas, licenças, despesas com pessoal, equipamentos, embalagens e quaisquer outros ônus ou encargos que incidam sobre o transporte, manuseio e entrega e montagem dos materiais até o local de recebimento definitivo pela Contratante.

12.1.2.2.3. Entregar os materiais em perfeito estado de conservação e adequadas para o transporte, manuseio e armazenamento seguro, protegendo os produtos contra danos e intempéries.

12.1.2.3. Da Garantia e Suporte Pós-Venda:

12.1.2.3.1. Oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e vícios de qualidade para todos os materiais fornecidos, a contar da data do Recebimento Definitivo.

12.1.2.3.2. Promover a substituição ou o reparo dos materiais que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades durante o período de garantia ou no processo de recebimento definitivo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da Contratante, sem qualquer ônus adicional.

12.1.2.4. Da Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:

12.1.2.4.1. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento dela decorrentes, todas as





SECRETARIA DE GOVERNO

condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, especialmente as relativas à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

12.1.2.4.2. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ônus e obrigações decorrentes da legislação social e tributária.

12.1.2.5. Da Documentação Fiscal e Comprobatória:

12.1.2.5.1. Emitir as notas fiscais/faturas de venda dos materiais com a discriminação correta dos itens e quantidades, em conformidade com as Ordens de Fornecimento, e apresentá-las para fins de pagamento após o recebimento definitivo.

12.1.2.5.2. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, catálogos, folders, laudos técnicos, certificações, declarações ou quaisquer outros documentos que comprovem a conformidade dos materiais com as especificações exigidas.

12.1.2.6. Das Responsabilidades e Danos:

12.1.2.6.1. Ser a única e exclusiva responsável por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência na execução do contrato, de defeitos nos materiais fornecidos ou de irregularidades de qualquer natureza.

12.1.2.6.2. Responder por quaisquer autuações ou multas decorrentes da inobservância da legislação aplicável por sua parte.

12.1.2.7. Da Colaboração e Fiscalização:

12.1.2.7.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Gestor/Fiscal do Contrato e pelas demais autoridades da Contratante, bem como atender às suas requisições relacionadas à execução da Ata.

12.1.2.7.2. Permitir e facilitar a fiscalização e o acompanhamento de todas as etapas da entrega dos materiais, fornecendo os meios necessários para a verificação da conformidade.

12.1.2.8. Da Não Transferência de Obrigações:

12.1.2.8.1. É vedada a subcontratação ou a transferência total ou parcial das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia e expressa autorização da Contratante.





SECRETARIA DE GOVERNO

12.1.2.9. Do Cumprimento da Legislação:

12.1.2.9.1. Cumprir rigorosamente todas as leis e regulamentos federais, estaduais e municipais pertinentes à execução do objeto, incluindo as normas de segurança, saúde ocupacional, ambientais, comerciais, fiscais e tributárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 7.077/2024 de 25 de janeiro de 2024, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;





SECRETARIA DE GOVERNO

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.6. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Cândido Mota, as sanções administrativas previstas no ITEM 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis





SECRETARIA DE GOVERNO

artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cândido Mota, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.

15.1. Incumbirá à Administração providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.

16.1. Os órgãos/entidades não participantes poderão, nos termos do art. 86, da Lei nº 14.133/2021, aderir as Atas de Registro de Preço que originarem-se do presente Pregão, observadas as condições, preços e quantidades registrados.

16.2. A adesão estará condicionada à anuência do órgão gerenciador e da empresa detentora da Ata, bem como à comprovação da vantagem para o órgão aderente, que deverá formalizar o procedimento por meio de processo administrativo próprio.

16.3. O quantitativo máximo a ser contratado por órgãos não participantes não poderá exceder, por adesão, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado em ata.





SECRETARIA DE GOVERNO

17. A execução contratual decorrente da adesão correrá por conta e risco do órgão aderente, não cabendo à Administração erenciadora qualquer responsabilidade sobre sua gestão, execução ou pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Cândido Mota para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da Ata dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cândido Mota, de de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA

ERALDO JOSÉ PEREIRA

Prefeito

EMPRESA

NOME

Cargo

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:





SECRETARIA DE GOVERNO

FISCAL:

GESTOR:

Nome:

RG:

Nome:

RG:





SECRETARIA DE GOVERNO

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

ADMINISTRAÇÃO: _____

DETENTORA: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e





SECRETARIA DE GOVERNO

regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Administração:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura:





SECRETARIA DE GOVERNO

Pela Detentora:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____





SECRETARIA DE GOVERNO

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

